

# LINGUAGEM: NOTAS DE PESQUISA DESCONTÍNUAS À LUZ DA ARQUEOLOGIA FOUCAULTIANA

1

Rafael de Souza Bento Fernandes<sup>2</sup>

**RESUMO:** No estudo, discutimos sobre alguns aspectos da Arqueologia do Saber de Michel Foucault, no que diz respeito à linguagem. Em um primeiro momento, tratamos das críticas do filósofo à história tradicional. Em um segundo momento, apresentamos a proposta de “teoria geral da descontinuidade”, em especial os sistemas de formação que funcionam como regra para irrupção e proliferação enunciativa. Em um terceiro momento, finalizamos com uma reflexão sobre o processo ininterrupto da pesquisa de desconfiar dos próprios agrupamentos na complexa tarefa de promover análises de “séries de séries” de enunciados. Enfatizamos, ao longo do artigo, que a pesquisa arqueológica rompe com a concepção de linguagem como forma ou ação ao adotar a dispersão como princípio metodológico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arqueologia do Saber; Enunciado; Descontinuidade Histórica.

## LANGUAGE: DISCONTINUOUS RESEARCH NOTES IN THE LIGHT OF FOUCAULTIAN ARCHEOLOGY

**ABSTRACT:** In the study, we discuss some aspects of Michel Foucault’s Archeology of Knowledge, with regard to language. In a first moment, we deal with the philosopher’s criticisms of traditional history. In a second moment, we present the proposal of a “general theory of discontinuity”, especially the formation systems that work as a rule for the irruption and enunciative proliferation. In a third moment, we end with a reflection on the uninterrupted process of the research of distrusting the groupings themselves in the complex task of promoting analyzes of “series of series” of utterances. Throughout the article, we emphasize that archaeological research breaks with the conception of language as a form or action by adopting dispersion as a methodological principle.

**KEYWORDS:** Archeology of Knowledge; Utterance; Historical Discontinuity.

1 Esse artigo foi desenvolvido, inicialmente, como uma palestra para o Webnário “Introdução aos estudos de Michel Foucault”, promovido pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Discurso, Sociolinguística e Sociedade – GEDiSS, sob coordenação do Prof. Dr. Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho e co-participação do Prof. Dr. Jefferson Campos. O propósito foi discutir aspectos da metodologia em análise do discurso de teoria foucaultiana. A palestra está disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=c6pFQUydTw4>.

2 Pós-doutorando em Letras pela UFPR, sob a supervisão da Profa. Dra. Maria Cleci Venturini. Doutor em Letras pela UEM, com período sanduíche (PSDE-2016) no Instituto de Estudos Filosóficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (IEF-FLUC). Professor da área de Língua Portuguesa/ Linguística da UNIOESTE. E-mail: [rafaelsbfernandes@hotmail.com](mailto:rafaelsbfernandes@hotmail.com).

Eu compreendo o mal-estar de todos esses (...) vão preferir negar que o discurso seja uma prática complexa e diferenciada que obedece a regras e a transformações analisáveis, a ser destituídos da frágil certeza, tão consoladora, de poder mudar, se não o mundo, se não a vida, pelo menos seu “sentido”, pelo simples frescor de uma palavra que viria apenas deles mesmos e permaneceria o mais próximo possível da fonte, indefinitivamente (FOUCAULT, 2008, p. 236).

O objetivo do estudo é amplo e lacunar: tecer algumas considerações acerca do trabalho de análise do discurso erigida sobre a teoria foucaultiana, retomando pontos já debatidos e percursos já trilhados. Como um caderno de anotações descontínuas, o texto intenta explorar pontos específicos da fase arqueológica no que toca, especificamente, a linguagem como prática discursiva da esfera do sensível, assentada em uma superfície semiológica de limites mais ou menos definidos - ainda que, certamente, arredios.

Como materialidade repetível “soterrada” por grossas camadas sobrepostas de história (e da História, com agá maiúsculo), a linguagem é o ponto que ancora os sujeitos e os processos de subjetivação que os constituem. Tal filosofia da materialidade é o mote da descrição enunciativa em Foucault (2008), que não se limita aos blocos de verdade das análises lógicas, da competência do falante face ao sistema, ou de atos intencionais e criadores que as palavras exerceriam.

A descrição enunciativa em questão coloca em suspenso o fazer linguístico tanto no sentido tácito da (i) delimitação metodológica, quanto da (ii) compreensão do fenômeno em si. No primeiro caso, por não restringir a um vocábulo, um documento ou uma porção de texto específica, haja vista que determinados termos, frases, leis, regulamentos, textos literários e mesmo disposições arquitetônicas podem constituir o arquivo a ser esmiuçado pelo analista. No segundo caso, por não se atentar às fórmulas que organizam a sintaxe e a semântica da língua, mas

aos interstícios, às margens que estabelecem um sem-número de relações a partir de uma regra de formação enunciativa. Regra que concretiza, a rigor, as práticas discursivas e sociais.

O estudo apresenta duas notas de pesquisa complementares. Em um primeiro momento, na seção “Uma crítica voraz”, tratamos do aspecto fulcral de emergência da teoria: a problematização sobre a continuidade na pesquisa humanística; já em um segundo momento, em “Teoria geral da descontinuidade”, focamos no aspecto metodológico da prática arqueológica, em especial as unidades discursivas. Na seção de conclusão, “Séries de séries”, em um terceiro momento, discutimos sobre o trabalho aparentemente paradoxal do analista em estabelecer agrupamentos enunciativos para apreciação da dispersão.

## 1 UMA CRÍTICA VORAZ

Em uma palestra proferida no Japão na década de 70, Michel Foucault (2000) critica duramente os métodos e percursos traçados pelos historiadores ditos “tradicionais”. É como se o propósito dessa ciência até o século XX fosse justificar a burguesia e o capitalismo industrial, pretense ápice dos processos sociais que se desenrolaram desde a aurora dos tempos até chegar a seu ponto mais expressivo – e, portanto, perfeitamente igualitário e democrático. O objeto de estudo eram os longos períodos, assim tomados como *universais* e *estáveis*, difíceis de serem rompidos.

Na aparente tranquilidade de uma peça social indissolúvel, em certo sentido, é que se manifesta amplo corpo identitário sobre o que somos (segundo nós mesmos): nosso senso de religiosidade, nossa nacionalidade, o verdadeiro sobre a expressão de gênero, enfim. O sujeito centrado, herança do antropocentrismo, exerce fascínio narcisista na percepção social do/no mundo; assim também o é no campo de reflexão filosófica e científica.

Seguindo essa diretriz, no âmbito epistemológico, o esforço era desvelar gestos fundadores individuais que, isolados, teriam revolucionado os campos, garantindo-lhes estatuto de cientificidade. “Continuidades de pensamento”, “manifestações maciças e homogêneas de um espírito ou de uma mentalidade coletiva” direcionavam o olhar em uma verdadeira pesquisa da origem, dos “começos silenciosos”, os quais, inevitavelmente, cumpriam a função de glorificar grandes homens e atos do passado, por meio dos conjuntos nacionais. O sistema, tal como está posto, assim, “era apenas o resultado, o produto, o fruto de uma lenta maturação e que, nessa medida, esse reinado era perfeitamente justificado, já que ele vinha da bruma dos tempos” (FOUCAULT, 2000, p. 286).

É um paradigma problemático por inúmeros motivos: (i) pressupõe uma leitura sempre única do mundo e dos processos histórico-sociais baseada em autoridade e legitimação, (ii) inviabiliza todo suporte enunciativo que caracteriza a mudança, a sucessão das práticas, o devir; (iii) toma o tempo histórico como entidade e força única, como se não houvesse diferenças de temporalidades ou de culturas; (iv) edifica um mundo de heróis e de vilões, de grandes figuras históricas absolutamente inquestionáveis, mas que, estranhamente, viveriam além de seu próprio tempo. O paradoxo e a descontinuidade (assim como todos os elementos que fogem a uma perspectiva cerrada, hermética do mundo) eram silenciados por vozes que clamavam o triunfo da grande História, no singular e com agá maiúsculo.

Tomando por base ampla discussão de Bachelard e Canguilhem nas ciências naturais (em especial, a Física, a Biologia e a Química), Foucault questiona as continuidades seculares como propósito e método de análise. Em Canguilhem, conforme Machado (2006), há reconhecimento e uma valorização do falso, do ultrapassado e do erro como caminho indispensável na “história da verdade”. Desse modo, “a ciência não reproduz uma verdade; cada ciên-

cia produz sua verdade. Não existem critérios universais ou exteriores para julgar a verdade de uma ciência” (MACHADO, 2006, p. 13).

A história epistemológica, tal como concebida por esses dois pensadores citados na *Arqueologia do Saber*, privilegia o conceito na definição de formas de racionalidade, “depositadas” de forma processual. A lenta maturação, os acúmulos indefinidos de numerosos tipos de conhecimento e a identificação de formas díspares de entendimento introduzem o “tempo novo” na “ortogênese da razão”, a qual caracteriza jogos de relações no interior das diferentes disciplinas e dos campos do saber.

“Acúmulo” é uma palavra-chave. Segundo a metáfora da arqueologia, camadas descontínuas de linguagem cobrem zonas heterogêneas, na multiplicidade das práticas sociais: do ato insignificativo, absolutamente cotidiano, aos regulamentos que edificam a memória histórica (e historiográfica). Múltiplas camadas de sedimentos investem os objetos, recobrando-os com dada percepção do passado que, devido a processos de erosão, podem encontrar a luz do dia novamente<sup>3</sup>. Cabe ao analista, ou seja, ao arqueólogo (do saber) escavar esses sedimentos para descrever as (ir)regularidades que concebem as práticas discursivas, a regra que as mantém, a positividade que as relaciona com outros campos, estes também irregulares.

Se a “descrição global” une todos os fenômenos em torno de um centro – princípio de significação, espírito ou visão de mundo-, o projeto de uma história serial (chamada também de “geral”), em oposição, desdobraria o espaço de uma dispersão. Faz-se mister, segundo essa outra perspectiva, determinar as formas de relação, os jogos de correlações, os diversos modos de pregnância e de permanência em distintas temporalidades que congregam as “séries de séries” de

3 Não se trata, contudo, de restituir uma “aurora prestes a retornar”. O que a *Arqueologia do Saber* propõe é tratar o enunciado na densidade do acúmulo em que são tomados e que, entretanto, não deixam de modificar, de inquietar, de agitar e, às vezes, de arruinar processos de significação (FOUCAULT, 2008, p.141).

enunciados. Desintegrar “a forma tranquilizadora do idêntico”, como assevera Foucault, não é um processo sem consequências: é necessário retomar os corpora, as “evidências”, as materialidades a partir das quais nosso gesto analítico encontra suas fundações.

É por isso que um primeiro princípio caro à analítica é o de que a história serial monumentaliza os documentos. A história global (ou tradicional) memoriza os documentos do passado, apreendendo deles os “rastros inertes” que comporiam a descrição verdadeira do mundo. Segundo Foucault (2008), os materiais de linguagem, que oferecem pistas para interpretação do passado, não devem ter o estatuto de ocultarem em si a verdade a ser inteiramente revelada sobre as coisas. Ao lidarmos com monumentos, cabe uma atitude reflexiva, como a de quem observa as fraturas, os propósitos, os métodos, os porquês de sua existência. Quando manuseamos documentos, ao contrário, confiamos plenamente nas verdades lá apresentadas. No monumento, projetamos um gesto, sobretudo, apreciativo.

Um segundo princípio diz respeito à supressão da soberania do sujeito e dos movimentos totalizantes – como ironiza Foucault (2008), os tesouros de outrora na velha cidadela da história. Certos conjuntos culturais como mitos, crenças, valores comuns e ideologia são postos em cena na especificidade e regularidade das séries enunciativas em análise. As séries descritas, os limites fixados, as comparações e correlações têm por finalidade colocar em questão as teleologias e o efeito de unidade na difícil e delicada tarefa de “definir uma posição singular pela exterioridade de sua vizinhança” (FOUCAULT, 2008, p. 19).

Assumimos, assim, a descontinuidade – um terceiro princípio – não como obstáculo à pesquisa, mas como o método e objeto de análise. Para o arqueólogo do saber (e, portanto, ao analista do discurso), os limites, as margens, os gestos obscuros, os interstícios de linguagem (“sob o véu do esquecimento ou claros como a

luz do dia”) importam. Mais do que isso, prestamo-nos a revelar os equilíbrios estáveis e difíceis de serem rompidos para explorar os fenômenos tendenciais que insistem em assumir a alcunha da grande verdade (oculta, camuflada?) sobre as coisas, sobre o mundo e sobre a conduta dos homens.

A crítica voraz de Foucault à História tradicional (história global ou história das ideias) põe em uma cena uma inversão no modo de análise que estamos acostumados: (i) monumentalizar os objetos, (ii) destituir do sujeito o estatuto de soberania e (iii) assumir a descontinuidade são três movimentos absolutamente intranquilos, porque, ao estabelecer esse contrato, o analista deve dispor sua atenção aos meandros da linguagem, às formas de constituição desses objetos, às regras de existência e coexistência enunciativa ao invés de concentrar-se no todo, no universal e no aparente. É uma recusa, enfim, às transcendências e aos blocos continuístas como tradição, influência, obra, autor, livro e momento histórico.

Para exemplificar, o que a História da Loucura, de Foucault, descobre é um processo, iniciado no Renascimento, de crescente subordinação da loucura à razão. A História da Loucura não é, como se poderia supor, uma crítica da razão, mas uma análise de seus limites, das fronteiras que se estabelecem e se deslocam excluindo e reduzindo o que ameaça sua ordem. Processo descontínuo (que aparece em três épocas distintas), a psiquiatria, alvo principal do livro, tem condições de possibilidade históricas, temporais e antecedentes. Não há um gesto libertador (como atribuído a Pinel) em que a psiquiatria rompe com o passado e inaugura o novo estatuto de louco considerado doente mental – esse gesto de “patologização” foi bem preparado: as condições de possibilidade históricas da psiquiatria são mais institucionais do que teóricas. O que Foucault apresenta com o gesto analítico destrutivo em relação às continuidades temáticas documentadas é o fato de que o louco foi circunscrito, individualizado, isolado por

problemas econômicos, políticos e assistenciais e não por exame médico “científico” e “objetivo” (MACHADO, 2006).

Como assevera o filósofo, é preciso pôr em questão as sínteses acabadas, aceitas antes de qualquer exame, os laços cuja validade é reconhecida desde o começo: “é preciso desalojar essas formas e essas forças obscuras pelas quais se tem o hábito de interligar os discursos dos homens; é preciso expulsá-los da sombra onde reinam” (FOUCAULT, 2008, p. 24). Assim que questionamos os projetos universais, temos acesso ao campo complexo de discursos que os une, em cujas margens encontram-se sistemas de atribuição, designação e nomeação; os nós da rede associativa.

Ao arrancar os discursos de suas unidades essencialistas, questionamos: (i) Como se formam? (ii) Com que direito reivindicam um domínio? (iii) Quais leis os constituem? (iv) Sob qual pano de fundo? A análise do campo enunciativo é orientada de forma a compreender o enunciado em sua estreiteza e singularidade, com o propósito de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites, de estabelecer correlações com outros enunciados, a que podem estar ligados.

A investigação foucaultiana corresponde à inquietude do diagnóstico do presente, que tem como questionamento-base a máxima: Quem somos nós hoje? (CASTRO, 2014). Por essa ordem, o sujeito não pode ser o portador último das suas vontades, assim como a língua não é o espelho do mundo, pois, do contrário, não haveria desentendimentos ou diferenças culturais. Tratamos, no próximo ponto, da proposta de análise da dispersão como fenômeno e efeito de linguagem nas chamadas “unidades do discurso”, movimento intelectual antagônico à história tradicional continuísta.

A compreensão dos sistemas de produção e de circulação dos sentidos culturalmente construídos, inscritos em materialidades de linguagem (no cerne de toda e qualquer prática social), provém de um profundo deslocamento em relação à forma pela qual o historiador (ou o linguística) produz conhecimento válido acerca do “real” ou, ainda, como questiona as condições do exercício da verdade em jogos de saber e de poder. Essas discussões sobre os limites do Estruturalismo (saussuriano) e desenvolvimento da chamada Micro-história se desenvolveram na França na década de sessenta, período de profunda agitação intelectual.

Foucault, na “Arqueologia do Saber” (2008), em resposta às críticas que recebeu em trabalhos anteriores<sup>5</sup>, explica como conduzir uma análise alternativa à “história global”, denominada por ele de “história serial”. A premissa inicial do projeto de uma “teoria geral da descontinuidade” - a qual se relaciona à sofística e à filosofia da linguagem não essencialista - é que o analista deve se desvencilhar de conceitos-fetichê (que nada dizem) como tradição, influência, evolução, mentalidade, livro e obra. O motivo é que esses termos-conceitos são sínteses acabadas e aceitas enquanto tal, antes de qualquer exame. Conforme discutimos, os documentos, que guardariam a verdade sobre as coisas, devem ser “monumentalizados”. Isso é: se esta verda-

4 Essa seção apresenta uma versão modificada dos subtítulos 1.2 e 1.3 da tese do autor do artigo. O estudo completo encontra-se em Fernandes (2019).

5 O livro “Arqueologia do Saber” (2008) é uma resposta aos críticos de Foucault com os quais ele frequentemente dialoga: “Você não está seguro do que diz? Vai novamente mudar, deslocar-se em relação às questões que lhe são colocadas, dizer que as objeções não apontam realmente para o lugar em que você se pronuncia? Você se prepara para dizer, ainda uma vez, que você nunca foi aquilo que era você se critica? Você já arranja a saída que lhe permitirá, em seu próximo livro, ressurgir em outro lugar e zombar como o faz agora: não, não, eu não estou onde você me espreita, mas aqui de onde o observo rindo” (FOUCAULT, 2008, p. 19).

de (que não é óbvia ou mesmo cabal, pois se dá em “regimes de dizibilidade”) está presente nas fontes historiográficas, não cabe uma atitude passiva do pesquisador, que consulta um tratado para dele apreender as respostas. Foucault (2008) propõe uma atitude investigativa como de quem vai ao museu e examina atentamente as peças da exposição, buscando compreender d/nelas o “jogo de sua instância”, desvelando a “fratura das palavras manifestas”.

Esse movimento intelectual não corresponde a um gesto fundador de Foucault, uma vez que a distinção de documento/monumento, de Le Goff, é anterior à Arqueologia do Saber (2008); o pressuposto de “vontade de verdade” foi desenvolvido por Nietzsche e a desconfiança em relação aos saberes pretensamente verdadeiros nas ciências naturais e biológicas é uma apropriação, em partes, das teorias de Bachelard e Canguilhem (MACHADO, 2006). Vale salientar, no entanto, que foi Foucault que, ao recusar as premissas da História Tradicional, desenvolveu uma teoria consistente de análise dos fatos linguísticos a qual permite compreender as redes de relações entre domínios, instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos que, em confluência, estabelecem “formas de veridicção”, isto é, formas de se conhecer o verdadeiro da época.

Na abertura do livro “As palavras e as coisas”, Foucault (1999) retoma a enciclopédia de Borges, um tratado peculiar que classifica os animais em categorias como “pertencentes ao imperador”, “domesticados” e “desenhados com pincel muito fino de pelo de camelo”. Com esse exemplo jocoso, o pensador discute uma questão profunda: as verdades são contingentes e os objetos dos quais tratamos na e pela língua não têm uma existência anterior (essencial, ideal, segundo a tradição socrático-platônica), pois se fundam no próprio exercício da linguagem. O “nó numa rede associativa” não acontece de forma caótica, mas corresponde a uma ordem: não é qualquer um, em qualquer lugar que pode dizer qualquer coisa. Das relações de poder (con-

ceito ressignificado em relação ao quadro ortodoxo da teoria marxista e da teoria hobbesiana) deriva o pressuposto segundo o qual “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2005, p. 10).

É trabalho árduo tratar de qualquer questão de acordo com esse viés, porque os conceitos sólidos (como se tratou anteriormente, evolução, tradição, espírito do tempo, pensamento, etc.) que fundam os modos de definir a história do homem no ocidente não resistem à descrição de enunciados foucaultiana, que recusa continuidades. Nas fissuras dos grandes blocos imóveis, nos interstícios das verdades constituídas sobre os objetos, nas margens do discurso que nomeiam e definem as coisas é que se poderá vislumbrar o funcionamento das práticas discursivas que governam a possibilidade de formulação, circulação e apropriação dos discursos.

Parafraseando Veiga-Neto (2014), a crítica foucaultiana é hipercrítica (crítica da crítica), pois está sempre pronta a se voltar contra si mesma para perguntar sobre as condições de sua própria racionalidade. É, nesse sentido, cética e incômoda: ela mais pergunta - até mesmo sobre si mesma - do que explica. Ela torce e se retorce sobre ela mesma, revisando-se e desconstruindo-se todo tempo. Em outras palavras, ao invés de tomar a forma de uma explicação de por que motivos devemos recusar os limites do presente, essa crítica é uma análise dos nossos próprios limites.

Ora, em conferência intitulada “Verdade e Subjetividade” (1993), Foucault define seu projeto filosófico como “genealogia do sujeito moderno”. Para o filósofo, nos anos que precederam a Segunda Guerra Mundial, a França era dominada por “filosofia do sujeito”, isso é, que vê no sujeito a fundação de todo o conhecimento e o princípio da significação e transcendência do ego. Dentre as causas, a filosofia, naquele contexto, tinha começado com Descartes e, portanto, só poderia ter adotado um modo

cartesiano. Mas também, para Foucault (1993), o absurdo das guerras e do despotismo parecia impor ao sujeito individual o sentido das suas escolhas essenciais. Essa ênfase procedeu a dois paradoxos: (i) a filosofia da consciência não foi capaz de fundar uma filosofia do conhecimento; (ii) a filosofia do sentido foi incapaz de levar em conta os mecanismos de formação de significação e as estruturas de sistemas de sentido. Foucault (1993) afirma que:

Esforcei-me por sair da filosofia do sujeito por meio de uma genealogia que estuda a constituição do sujeito através da história, a qual nos levou à moderna concepção do eu. Nem sempre esta foi uma tarefa simples, visto que muitos historiadores preferem uma história dos processos sociais em que a sociedade desempenha o papel do sujeito e muitos filósofos preferem um sujeito sem história. Isto não me impediu nem de usar o mesmo material que usaram certos historiadores sociais nem de reconhecer a minha dívida teórica para com esses filósofos que, tal como Nietzsche, colocaram a questão da historicidade do sujeito (FOUCAULT, 1993, p. 205).

Esse projeto, assevera Foucault (1993), dedica-se a uma história das ciências que, em certa medida, é uma história regressiva que procura descobrir as práticas discursivas, institucionais e sociais a partir das quais irromperam. Procura-se descortinar os pontos em que discurso emergiu e passou a ser visto como verdadeiro. Em suma, a finalidade do projeto é “construir uma genealogia do sujeito. O método é uma arqueologia do conhecimento e o domínio exato da análise é aquilo que se daria o nome de tecnologias. Significando isto a articulação de certas técnicas e de certos tipos de discurso acerca do sujeito” (FOUCAULT, 1993, p. 206).

Castro (2014) resume as relações entre os saberes, os poderes e a constituição de uma ética de si numa única problematização que orientou todo empreendimento de Foucault: “como foi possível o que é?”. Em certo sentido, essa é uma indicação metodológica da análise do discursivo

foucaultiana: há que se cavar até encontrar as “gêneses históricas” (sempre no plural) que relacionam um objeto ao que se diz que ele é (regulado por regimes de verdade) sabendo que a origem (no singular), amparada na experiência multifacetada e absolutamente complexa do homem, é irrecuperável, porque a “chave universal”, o “segredo de todas as coisas” sequer existe, senão como discurso. Segundo Deleuze (1992), não se busca origens perdidas ou rasuradas, mas se pega as coisas de onde elas crescem, pelo meio: “rachar as coisas, rachar as palavras” (DELEUZE, 1992, p. 109). Pesa, na análise, as condições de (co)existência, de possibilidade e de emergência de séries enunciativas que “caminham juntas” em uma mesma direção.<sup>6</sup>

Como considera pouco produtivas as categorias continuístas listadas anteriormente de livro, obra, autor, etc., Foucault (2008) estabelece outros princípios de regularidade que caracterizam o discurso. O filósofo chama de “formação discursiva” (doravante, FD) certo número de enunciados com semelhante sistema de dispersão, ou seja, com similares objetos, sujeitos, conceitos e escolhas estratégicas. Cada um desses itens será descrito a seguir. O primeiro sistema de formação é o dos objetos. Para Foucault (2008), o discurso funda os objetos dos quais ele mesmo trata; isso quer dizer que não existe um a priori estanque de representações entre palavras e coisas: ao contrário, há condições de emergência que devem ser examinadas em suas especificidades: a universalidade generalizante metafísica é sumariamente descartada, tal o ceticismo do filósofo. Não existe louco, antes que se fale sobre loucura; não existe patologia mental antes que se defina o que patologia mental é (a qual é sustentada por um saber “verdadeiro”, clínico). A apreciação do analista, assim, é a de quem busca compreender os laços (as relações de sentido), rompendo-os, reorganizando-os,

6 Como é o caso, por exemplo, da relação, aparentemente tão firme e forte entre os conceitos de homem, de virilidade e de dominação. Não é uma relação natural (biológica), óbvia ou psicológica; é construída, é histórica. Ver Fernandes (2019).

desconfiando dos próprios agrupamentos/ unidades.

Nesse sentido, é preciso acentuar que linguagem não é simples entrecruzamento de referências, algo que cabalmente marca uma posição contrária em relação à História Tradicional. Trama obscura das coisas, cadeia manifesta das palavras, o discurso é estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma “realidade” e a língua. Para Foucault (2008), ao analisar os discursos, vê-se desfazerem-se os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, destacando-se, assim, um conjunto de regras, próprias das práticas discursivas. Essas regras definem não a existência muda de uma realidade, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime dos objetos.

Já a modalidade enunciativa, segundo o sistema de formação, refere-se à constituição da subjetividade que, diferente da noção em gramática tradicional, não se trata de uma posição sintática na superfície da língua ou, segundo a semântica formal, a referência a um indivíduo/ entidade exterior. As três perguntas norteadoras no delineamento dos modos de se enunciar são: (i) Quem fala? (estatuto do discurso como, por exemplo, médico, psicanalista, professor, etc.); (ii) De onde se fala? (em que pesam os lugares institucionais de onde se obtém o discurso como, por exemplo, o hospital, a clínica, a escola, etc.) e (iii) Qual a situação que o sujeito pode ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos? (dependendo de onde se fala, o mesmo dizer provocará efeitos de sentido distintos). O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida de um sujeito que pensa, que conhece e que diz: é um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão e descontinuidade do sujeito em relação a si mesmo, uma vez que, socialmente, um mesmo indivíduo ocupa, por exemplo, ora o papel de pai, ora cliente, ora advogado, enfim. É espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos<sup>7</sup>, posições vazias,

7 Afinal, como estabeleceu Foucault, em palestra de 1967,

não expressão transcendental ou cognoscente do indivíduo (FOUCAULT, 2008).

Como um conjunto de enunciados que “caminham juntos”, o discurso não é neutro, independente e alheio à exterioridade histórica (o que não significa que ele seja referência direta ao mundo exterior): existem campos de existência e dados domínios do saber onde eles emergem e circulam. A essa organização de “campos de enunciados” que (co)existem, Foucault (2008) dá o nome de conceito, o terceiro sistema de formação. Os elementos em análise são bastante heterogêneos (instituições, acontecimentos políticos, processos econômicos, disposições arquitetônicas, etc.). Alguns constituem regras de construção formal; outros, hábitos retóricos; alguns definem a configuração interna de um texto; outros, os modos de relações e de interferência entre textos diferentes. No entanto, o que os faz pertencer a uma mesma FD é a maneira pela qual esses diferentes elementos estão concatenados uns aos outros. Esse feixe de relações (de atribuição, articulação, designação e/ ou derivação) é o que constitui um dado sistema de formação conceitual (FOUCAULT, 2008), condição da prática discursiva.

A descrição de semelhante sistema não se vale de uma definição direta e imediata dos próprios conceitos, mas dos esquemas (de seriação, de agrupamentos simultâneos, de modificação linear ou recíproca) pelas quais os enunciados podem estar ligados uns aos outros em um tipo de discurso. Assim como a categoria de objetos substitui a referencialidade e a de modalidade enunciativa aprofunda o simplismo da individualidade psicológica, a categoria de conceito desloca o olhar em relação a certos universais

intitulada “De outros espaços”, “Nós vivemos na época da simultaneidade: nós vivemos na época da justaposição, do próximo e do longínquo, do lado-a-lado e do disperso. Julgo que ocupamos um tempo no qual a nossa experiência do mundo se assemelha mais a uma rede que vai ligando pontos e se intersecta com a sua própria medida do que propriamente a uma vivência que se vai enriquecendo com o tempo” (FOUCAULT, 1967, p. 77). São distintos lugares: discursivos, geográficos e, contemporaneamente, acrescentamos, digitais.

antropológicos (os pacotes continuístas) como ideia e mentalidade. Por seu turno, certas organizações de conceitos, agrupamento de objetos e tipos de enunciação relativamente estáveis (ainda que isso seja também um efeito de sentido) quando do exercício da linguagem não ocupam toda “constelação discursiva” possível. Estabelecem-se limites que regulam as possibilidades do discurso em termos de temas e de teorias.

Foucault (2008) denomina esses temas e teorias de estratégias, o último sistema de formação. Esse princípio analítico foi basilar para o desenvolvimento dos livros anteriores do filósofo, “O Nascimento da Clínica” e “As palavras e as coisas”, os quais ele retoma (direta e indiretamente) na “Arqueologia do Saber” (2008). Enquanto no primeiro estudo, Foucault se atém às mudanças da percepção do olhar médico que perpassa a apreciação moral sobre o doente mental, afirmando-se conhecimento científico (a própria verdade), no segundo, ele se detém ao “nascimento do homem” nas ciências humanas, cujas epistemes respaldam campos teóricos aparentemente tão díspares como a Gramática (o homem fala), a Análise de Riquezas (o homem gasta) e a História Natural (o homem vive) que se convertem em Filologia, Economia e Biologia, dado estado da constituição de saberes.

Nesses dois casos, há sistemas articulados de objetos, enunciações, conceitos e escolhas teóricas, cuja existência pressupõe larga reconstituição histórica sobre engendramento dos saberes, no exercício do poder. Em suma, o enunciado é uma função que possibilita que um conjunto de signos, formando uma unidade, se relacione com um domínio de objetos, receba um sujeito possível, coordene-se em relação a outros enunciados e apareça ele próprio como objeto.

Conforme a discussão, o fazer histórico e filosófico de Foucault (2008), que é também um fazer linguístico, pauta-se na recusa de uma série de conceitos já estabilizados como pensamento e mentalidade. O discurso, assim, monumentaliza os indícios à disposição do pesquisador.

Nega-se, por isso, às materialidades o status de documento, uma vez que as respostas não são dadas a priori: arqueologia significa escavar, isto é, procurar, investigar, refletir sobre como e por que as coisas são como elas são e, principalmente, qual estado da constituição de saberes possibilitou que elas assim o fossem. Nesse sentido, a análise enunciativa não propõe uma análise das palavras, signos de outras coisas; nem uma análise das próprias coisas designadas pelas palavras; mas análise de um conjunto de regras dadas como sistemas de relações, em uma prática discursiva.

### 3 SÉRIES DE SÉRIES DE ENUNCIADOS

Para o desenvolvimento o artigo, tomamos como parâmetro reflexivo o fato de que a teoria foucaultiana modifica a percepção da linguagem segundo dois princípios: (i) *delimitação metodológica*, e (ii) *compreensão do fenômeno em si*. A Arqueologia do Saber irrompe como uma crítica articulada contra a pesquisa continuísta de caráter universal: esse foi o tema de discussão do primeiro subtítulo. No segundo subtítulo, aprofundamos o estudo da proposta de Foucault (2008) em tomar a descontinuidade como objeto e método no que tange às “unidades do discurso”; a saber, os objetos, os conceitos, as modalidades e as estratégias. A fragmentação da língua em unidades menores do sistema ou o compromisso atento pela descrição do vernáculo de uma dada comunidade de fala pouco importa face ao objetivo maior de compreender o *enunciado*, unidade indecomponível do discurso, em sua especificidade, raridade, exterioridade, formas de acúmulo e sistemas de dispersão na territorialidade dos jogos de saber.

O saber, sob o enfoque da Arqueologia, é, assim, conjunto de elementos formados de maneira regular por uma dada prática discursiva: (i) o espaço que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos e conceitos de que se ocupa; (ii) o campo de coordenação e subordinação dos enunciados que aparecem e (iii) a possibilidade

de apropriação oferecida pelo discurso. Em certo sentido, Michel Foucault (2008) explicita as bases filosóficas de um projeto que investe no sensível, na linguagem em sua inteireza material como campo de observação de camadas descontínuas da história do que fomos, do que somos. Ou seja: o desafio é descrever os enunciados não como uma totalidade fechada e pletórica de uma significação, mas como figura lacunar e retalhada; não como uma intenção ou pensamento, mas como a dispersão de uma exterioridade; não como a marca da origem, mas como formas específicas de acúmulo.

Se a descrição linguística da área epistemológica afeta à análise das performances e competências verbais tem o interesse de documentar o real com base em arcabouço de técnicas e de tecnologias à disposição do(a) pesquisador(a), a análise do discurso, erigida sobre essa teoria, procura descrever a proliferação dos acontecimentos discursivos a partir da irrupção dos enunciados singulares que se desenvolveram no campo imenso de possibilidades de um tempo, e de um lugar; reconhecendo, desse modo, que o sujeito é uma fabricação histórica pelas práticas discursivas: portanto amarrado, arraigado e atravessado pela linguagem.

É por isso que, no âmbito dessa teoria, os termos enunciado e discurso são compreendidos de maneira diferente do uso corrente, uma vez que a investigação da teoria das descontinuidades não pressupõe análise de totalidades da linguagem, mas das condições de seu exercício; o enunciado não carrega não-ditos sobre os quais o analista deveria se debruçar para encontrar seus segredos, “seus fantasmas”, é sim marcado pela ausência (exclusões, limites, lacunas), que caracteriza o campo enunciativo de onde emerge. O enunciado é “quase-visível”, já que não está oculto e nem completamente visível ao mesmo tempo: está no limite da linguagem.

Em suma, o movimento analítico pressupõe como ponto de partida a rejeição à tese do sujeito autossuficiente, que enunciaria fora das determinações histórico-culturais nas relações

de saber e poder que controlam, selecionam, organizam, redistribuem, por certo número de procedimentos, o que pode e deve ser dito numa conjuntura dada. Ao enunciado, se reconstitui o seu caráter de “acontecimento”, isto é, de produção efetivamente materializada num dado material semiológico (como a língua, como o corpo) na especificidade de uma temporalidade e de um lugar. Especificidade que é, contudo, regular, porque, parte de uma série enunciativa convergente, o discurso está vinculado a “regras de formação” que circunscrevem referenciais, modalidades enunciativas, campos associados e superfícies de inscrição em comum, que coadunam a dadas “formas de veridicção” no estabelecimento de práticas discursivas, que sustentam/que são sustentadas pelo verdadeiro da época.

A compreensão de linguagem adota diferentes contornos sob o viés da Arqueologia do Saber na medida em que cabe ao analista compreender sistemas de séries enunciativas que, no fluxo da história, coadunam sistemas de formação similares em termos de objetos, conceitos, temas e teorias (estratégias) e modalidades estatutárias; desconfiando, a todo percurso, dos seus próprios princípios de agrupamentos. Isso implica que os sistemas de formação aqui descritos sejam compreendidos não como blocos justapostos de elementos heterogêneos rígidos (imunes à história, ao deslocamento) ou processos terminais de análise, mas como princípios de dispersão, pois “atrás da fachada visível do sistema, pressupomos a rica incerteza da desordem” (FOUCAULT, 2008, p.85).

“Massas de textos” (verdades científicas, noções, instituições, medidas jurídicas, espaços físicos, etc.), “séries de séries” de enunciados, comunicam-se pela forma de positivities como leis de coexistência que caracterizam as práticas, em cujas margens e interstícios reside(m) a(s) história(s) dos diferentes modos de subjetivação da nossa cultura. Perspectiva intranquila, como adverte o próprio filósofo (ver epígrafe do artigo), afinal, após a morte de Deus nietzschiana, ou seja, a negação dos valores supremos sob a

égide de uma mera temporalidade e circunstância, lidamos com o assassinato do homem, que não tem vontade ou controle sobre como os sentidos nele se constituem. Dessa forma, como encerra ironicamente Michel Foucault a Arqueologia,

não podem[os] suportar (e os compreendemos um pouco) ouvir dizer: “O discurso não é a vida: seu tempo não é o de vocês; nele, vocês não se reconciliarão com a morte; é possível que vocês tenham matado Deus sob o peso de tudo que dissertam; mas não pensem que farão, com tudo o que vocês dizem, um homem que viverá mais que ele” (FOUCAULT, 2008, p. 236).

## REFERÊNCIAS

CASTRO, Eduardo. Introdução a Foucault. Trad. Beatriz de Almeida Magalhães. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014 (Filô/Margens).

DELEUZE, Gilles. Rachar as coisas, rachas as palavras. In: \_\_\_\_\_. Conversações. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992. (Coleção Trans).

FERNANDES, Rafael de Souza Bento. Práticas discursivo-midiáticas sobre a corporalidade na construção do “homem Homem”: regimes de normalização e de exclusão. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, 2019.

FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Salma Tannus Muchail. 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987 (Coleção tópicos).

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 25ª. Ed. São Paulo: Layola, 2005.

FOUCAULT, Michel. Arqueologia do Saber. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves, 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. De outro espaços – con-

ferência proferida no Cercle d’Études Architecturales (14 de março, de 1967). Disponível em: < <http://escolanomade.org/wp-content/downloads/foucault-de-outros-espacos.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

FOUCAULT, Michel. Retornar à história. In: \_\_\_\_\_. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Organização e seleção dos textos Manuel Barros de Motta. Trad. Elisa Monteiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000 (Ditos e Escritos, vol. II). (p.282-295).

FOUCAULT, Michel. Verdade e subjetividade (Howison Lectures). Revista de Comunicação e Linguagem. No 19. Lisboa: Edições Cosmos, 1993 (p.203-223).

MACHADO, Roberto. Foucault: a ciência e o saber. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorje Zahar Ed., 2006.

VEIGA-NETO, Alfredo. Foucault & a educação. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

**Submissão: junho de 2022.**

**Aceite: dezembro de 2022.**